

# Hobbes e o círculo do poder\*

Eunice Ostrensky\*\*

**Resumo:** As imagens da revolução que encerram o *Leviatã* e o *Behemoth* indicam distintos momentos da filosofia política de Hobbes. O artigo procura comparar essas imagens, enfatizando como Hobbes em 1651 vê o fim do governo de Carlos I e o surgimento da República, para em 1668 assinalar o fracasso do governo de Cromwell e o conseqüente retorno da monarquia Stuart.

**Palavras-chave:** Carlos I – Cromwell – revolução – história – Fortuna

Em janeiro de 1649, o rei Carlos I era condenado à morte por ter cometido, ao longo de seu governo, o crime de alta traição. No cadafalso, de frente para o carrasco e de costas para o público, arriscou algumas palavras com as quais rechaçava a acusação e atribuía seus infortúnio a ter ele mesmo assinado a sentença de morte de seu fiel servidor, o Conde de Strafford, oito anos antes. O discurso mal foi ouvido pela platéia, mais ansiosa em assistir ao espetáculo que lastimar a sorte do rei. (Wedgwood 9, p. 189-193).

Em 1658, morria em Whitehall o Protetor Oliver Cromwell. Corria o boato de que enlouquecera e ultimamente vinha sendo tomado pelo pavor de ser assassinado por realistas (Hobbes 5, p. 191). O governo da Inglaterra ficava legado a seu filho mais novo, Richard, cuja tibieza não permitiu que suportasse as pressões dos oficiais do exército, levando-o a evadir-se para o interior e lá viver obscuramente. Por pouco tempo a

---

\* Texto apresentado no VIII Encontro Nacional de Filosofia da Anpof, realizado em Caxambu, Minas Gerais, no período de 25 a 30 de Setembro de 1998.

\*\* Doutoranda no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e bolsista da FAPESP.

Inglaterra praticamente experimentou a anarquia, o que só aumentou a impressão de que se fazia necessário um governante legítimo. Em 1660, o Parlamento decide convocar Carlos II.

Essas observações preliminares indicam que o objeto deste artigo são os homens no poder, ou antes, como Thomas Hobbes vê o poder concretamente. É verdade que na Epístola Dedicatória do *Leviatã* Hobbes ressalta, dentre outras razões, que o livro não poderia ser censurado justamente por tratar do poder em abstrato, e não dos homens no poder. Mas devemos interpretar essa afirmação como uma recusa de tratar do poder em estado bruto? O simples fato de não citar nomes não garante, por si só, que as personagens políticas não sejam visadas. Além disso, se o *Leviatã* não cuida especificamente dos homens no poder, o *Behemoth* cuida, e isso é suficiente para iluminar retrospectivamente alguns pontos do primeiro livro

O círculo que se deseja comentar aqui também remete à imagem da Revolução, palavra tomada da astronomia para designar o movimento dos astros em torno de seus próprios eixos. Com efeito, nos onze anos que transcorrem desde a execução de Carlos I em 1649 até a morte de Cromwell em 1658, vemos o poder circular de um governante de direito, mas que perdera legitimidade, para um governante de fato, sem título, mas com legitimidade, e então de volta para o poder juridicamente aceitável. Nesse intervalo de tempo, Hobbes enxerga a ocasião para que seu livro *Leviatã* ajude na constituição de um novo Estado, arquitetado segundo as mais rigorosas regras da razão. Também é a oportunidade para que a doutrina desenvolvida no livro seja destinada ao ensino universitário, o que, de acordo com o autor, garantiria vida longa à República.

Avançando um pouco no tempo, até o momento em que o círculo se fecha, vamos encontrar Hobbes em meados da década de 1660 sendo forçado a defender-se de acusações bastante graves, que lhe poderiam ter rendido, na melhor das hipóteses, pena de prisão. Felizmente para ele, teve apenas um livro censurado. O leque de acusações era extenso: de herege, ateu e populista (Skinner 8, p. 110-5) a apologista do governo Cromwell. Quanto a este último ponto, seus detratores – realistas e outros homens com quem se indispusera na década anterior – conside-

ravam a “Revisão e Conclusão” do *Leviatã* uma prova clara de que Hobbes se teria devotado aos novos governantes, deixando para trás a causa realista. Eis uma das passagens que serviria de apoio aos críticos de Hobbes:

*“E assim cheguei ao fim de meu discurso sobre o governo civil e eclesiástico, ocasionado pelas desordens dos tempos presentes, sem parcialidade, sem servilismo, sem outro objetivo senão colocar diante dos olhos dos homens a mútua relação entre proteção e obediência, de que a condição da natureza humana e as leis divinas (quer naturais, quer positivas) exigem um cumprimento inviolável. E muito embora na revolução dos Estados não possa haver uma constelação muito propícia para o aparecimento de verdades desta natureza (tendo um aspecto desfavorável para os que dissolvem o antigo governo e vendo apenas as costas dos que erigem um novo), contudo não posso acreditar que seja condenado nesta época, quer pelo juiz público da doutrina, quer por alguém que deseje a continuação da paz pública.”* (Hobbes 3, p. 410).

Os realistas não se enganavam. Hobbes parecia, em 1651, otimista quanto ao destino de seu *Leviatã*, cuja doutrina esperava fosse ensinada nas Universidades<sup>(1)</sup>. Estava persuadido de que o exposto no livro poderia ser de alguma valia para o debate em torno da legitimidade do poder dos novos governantes. Para estes últimos, o problema estava em descobrir uma fórmula que justificasse seu direito de mando. Quanto aos grupos hostis à Revolução (presbiterianos e realistas, principalmente), tratava-se de convencê-los da necessidade de obedecer ao conquistador (Skinner 7, p. 79). O dilema se afigurava nos seguintes termos: por que essas autoridades deveriam ser obedecidas, se só haviam alcançado o posto pela insubordinação à vontade do antigo soberano? E qual o direito do conquistador sobre os conquistados?

A chave para um estado duradouro estava na demonstração da relação necessária entre proteção e obediência. Infelizmente, Carlos I fora incapaz de garantir a vida e a segurança de seus súditos, que estavam por isso livres para procurar abrigo sob as asas do conquistador, agora soberano. Dizendo de outro modo, ainda que um novo pacto não anu-

lasse o anterior, se a soberania não cumpriu a razão para a qual foi instituída (a paz dos súditos e sua defesa contra um inimigo comum), os súditos ficavam livres da relação de obediência. A promessa de obediência incondicional a um soberano parecia impossível: “entende-se que a obrigação dos súditos para com o soberano dura enquanto, e apenas enquanto, dura também o poder mediante o qual ele é capaz de protegê-los” (Hobbes 3, p. 135). A Revolução lançara a espada da justiça de volta para as mãos dos particulares, que recuperavam por isso o direito e a liberdade de defender suas vidas, seus membros e sua segurança da maneira que considerassem a mais adequada. Tudo o que contradissesse esse direito seria simplesmente irracional.

Essa solução aproximava fortemente Hobbes dos assim chamados teóricos dos poderes *de facto* (Skinner 7, p. 95), que enfatizavam a necessidade de se alcançar um consenso político quanto à autoridade dos novos governantes. Seus argumentos, tanto laicos quanto religiosos, possuíam um duplo significado: pretendiam ao mesmo tempo minimizar o impacto causado pela violenta interrupção da monarquia e persuadir os grupos mais conservadores quanto à necessidade de reprimir a ameaça de radicalização promovida pelo exército e pelas seitas.

Hobbes toma parte dessas discussões, conferindo um caráter mais sistemático às teorias dos poderes *de facto*. Além de sua hipótese do estado de natureza, cuja violência e insegurança se equiparam aos efeitos da guerra civil, dilui as diferenças entre um poder conquistado pela força e outro, que governa por direito. No primeiro caso, os súditos se submetem por medo do soberano, senhor de seus direitos e de suas vidas. A conquista é adquirida pelo medo quando os dominados autorizam todas as ações do dominador, sob pena de morte ou cativo. No segundo, institui-se a República pelo medo que os homens têm uns dos outros ou de um inimigo em comum. De resto, a obediência dos súditos deve ser rigorosamente igual, do mesmo modo como são iguais os direitos dos respectivos soberanos. Se ambos têm o mesmo título, nenhum poder, mesmo o conquistado por intermédio da força, pode ser considerado ilegítimo (Hobbes 3, p. 407).

Anos mais tarde, Hobbes se desdobrará para convencer seus leitores do contrário, isto é, de que não fizera a apologia do Parlamento e de Cromwell. Usando de um procedimento muito peculiar, denunciará a existência de um complô, cujo propósito seria desvirtuar o conteúdo de suas obras. Segundo o autor, o *Leviatã* não estava endereçado aos republicanos. Tanto assim que jamais recebera de Cromwell ou de algum de seus partidários nenhum benefício. Some-se a isso o fato do Protetorado se estabelecer três ou quatro anos após a publicação do livro (Hobbes 4, p. 415-6). Quanto ao conteúdo da citada “Revisão e Conclusão”, seria apenas um alerta aos que se submeteram para manterem de boa fé a palavra empenhada e não intentarem nenhuma traição (Hobbes 4, p. 424).

Ainda que isso seja verdadeiro, é inegável que Hobbes (também ele!) se deixara seduzir pela figura de Cromwell. Mais ainda, em momento algum Hobbes sugere que Carlos I fosse um governante competente, embora muitas vezes o veja como vítima dos sedutores. Ora, se a gente comum havia sido seduzida a combater o rei, a culpa recaía inteiramente sobre os ombros de Carlos I<sup>(2)</sup>, cujo apelo retórico à multidão era nulo, e cuja doutrinação havia sido bastante precária, para dizer o mínimo.

O rei morto pelos súditos não fora, com efeito, o que Hobbes reputaria um governante exemplar. Cotejando as qualidades de um homem realmente poderoso ao caráter de Carlos I, observa-se que faltava a esse último popularidade, isto é, não era amado e temido; não obtinha muitos sucessos, e por isso não poderia ser visto como um sábio ou como afortunado; tampouco se mostrara prudente, quer na condução da paz (se é que houvera paz durante seu governo), quer da guerra. O simples fato de ser o único intitulado soberano, o único chamado por seus súditos de Majestade e “inquestionavelmente considerado por todos como seu rei” (Hobbes 3, p. 115), o único, enfim, que reconhecidamente detinha o poder soberano, bastaria para torná-lo respeitado. Mas era um governante pusilânime e caprichoso, desinteressado dos negócios do Estado e politicamente inábil. Nas palavras de Clarendon, Carlos I era de natureza perplexa, irresoluta e ingênua, o que talvez o tenha levado a se cercar de tantos e tão inconstantes conselheiros (Clarendon 1, p.

125). Assim, nesse mau soberano Hobbes não via, como os republicanos, um tirano, mas apenas um governante incompetente. No horizonte dessa constatação estava, claro, a estabilidade do Estado e a capacidade de dar segurança dos indivíduos.

Quanto a Cromwell, a posição de Hobbes é dúbia. No *Leviatã*, o elogio surge implicitamente do contraste com o temperamento de Carlos I: Cromwell não possuía título nem era chamado rei e, apesar disso, se tornou popular; era respeitado pelos seus soldados, valente e afortunado<sup>(3)</sup>. Por outro lado, malgrado no *Behemoth* Cromwell surja como usurpador e tirano, esse aparente ódio por tais formas de exercício do poder muitas vezes não é mais que a capa para a admiração contida. Ao descrever os ardis de Cromwell, enganando ao mesmo tempo o Exército – que se mostrava um pouco cansado do papel subordinado – e o Parlamento – que afinal iniciara a guerra contra Carlos I –, Hobbes deixa transparecer uma qualidade indispensável ao soberano: o controle absoluto das forças que constituem o Estado. Cromwell concentrara poderes, era respeitado nas casernas, tinha o Parlamento em seu bolso. (Hobbes 5, p. 138; p. 140-1; p. 143). Ora, uma das causas das guerra civis não fora, segundo Hobbes, a divisão do poder soberano?

Há ainda uma terceira via, que é a da indiferença. Segundo essa versão – exposta nas *Considerations upon the reputation of T. Hobbes*, e de algum modo já presente no *Behemoth* – Oliver fora apenas mais uma vítima dos ministros presbiterianos (Hobbes 4, p. 418). Estes teriam arriscado um insensato cálculo: enlouqueceram a nação para assim torná-la mais conveniente a seus propósitos, sem perceber que é impossível governar a loucura. As armas que os presbiterianos depuseram nas mãos de Cromwell – até então um homem fraco e obscuro, segundo Hobbes – mais tarde visaram os próprios ministros, tanto da Escócia, como da Inglaterra (Hobbes 4, p. 418-9).

Curiosamente, essa versão francamente desfavorável a Cromwell não absolve contudo Carlos I. Atributos, por certo, não faltam ao rei no *Behemoth*: coragem, paciência, sabedoria e bondade (Hobbes 5, p. 154). Por outro lado, parece claro que graças à omissão de Carlos I a nação inteira havia enlouquecido. O governante capaz de curar a ferida aberta

pelos presbiterianos seria, nessa obra, uma mistura de Henrique VII e Henrique VIII. Do primeiro, Hobbes exalta a fortuna ao encher os cofres do reino; do segundo, a severidade com que impôs uma reforma na estrutura da Igreja e das Universidades (Hobbes 5, p. 57-8). Juntas, as duas virtudes completam o quadro do Estado perfeito: submetido o clero ao controle do Estado, purgadas as Universidades – centros de onde emanam as doutrinas sediciosas – o soberano poderia tranqüilamente arrecadar o dinheiro necessário para constituir um exército. Os recalitrantes seriam destruídos, mas o povo não conceberia esse gesto como indício de opressão.

A época, porém, não admitia que Hobbes reconhecesse sua admiração por Cromwell, pelo contrário. Nesse sentido, o próprio *Behemoth* poderia em parte ser interpretado como um auto de defesa, já que Hobbes oferecia uma versão inteiramente distinta da anterior sobre a tomada de poder pelos republicanos. Passadas menos de duas décadas, os revolucionários a quem as páginas do livro de 1651 prometeram submissão não tinham mais nenhum direito de mando e eram considerados usurpadores:

*“Vi nessa revolução um movimento circular do poder soberano que foi do falecido Rei para seu filho, passando por dois usurpadores, \*pai e filho\*. Pois (deixando de lado o poder do Conselho de Oficiais, que foi temporário e cujos detentores se consideravam apenas procuradores) moveu-se do Rei Carlos I para o Longo Parlamento; daí para o Rabo<sup>(4)</sup>; do Rabo para Oliver Cromwell; e então de volta de Richard Cromwell para o Longo Parlamento; deste, para o Rei Carlos II, onde se espera que permaneça por muito tempo”* (Hobbes 5, p. 204).

Lembremos que a imagem de um movimento circular do poder encerra o livro de 1651. Como aqui, representa a Revolução. No *Leviatã*, é o movimento dos astros que permite interpretá-la como o conteúdo empírico das ciências civis. Pois o fenômeno proporcionara ao filósofo observar concretamente a migração e circunvolução dos interesses e prazeres dos homens em torno do poder político. Mas o mais importante talvez seja a esperança de que o novo governo, seguindo desde o iní-

cio as regras do método filosófico, assente seus princípios em fundações verdadeiras e doutrine adequadamente os súditos para afastar tanto quanto possível a emergência de novas revoluções. O desejo de estabilidade política se repete no *Behemoth*. Entretanto, não se trata mais de considerar, seja de que ângulo for, o movimento revolucionário como algo positivo. Vêem-se apenas suas implicações destrutivas, não apenas para o Estado ou para os súditos, mas também para a capacidade regenerativa da filosofia. Cético, Hobbes constata que os projetos políticos bem intencionados e arquitetados segundo as normas mais rigorosas da ciência não subtraem os homens às trevas de sua eterna ignorância: os deveres para com o Estado, cujo cumprimento garante segurança e conforto, sempre serão esquecidos quando os interesses pessoais estiverem em jogo (Hobbes 5, p. 39-40). Se a instrução é ineficaz, e se portanto não há meios racionais de fazer os súditos obedecerem ao governante, que o obedeçam mediante o uso da força.

Voltando ao fio, assim como na passagem que fecha o *Leviatã*, no *Behemoth* a imagem do círculo sugere a existência de dois estágios simétricos e antagônicos de dissolução e constituição de um Estado. Esse processo deixa transparecer uma tese que, de tão repetida, torna-se lugar-comum nas obras desse autor: o esfacelamento progressivo do poder político em decorrência da rebelião. No *Behemoth*, entretanto, o sinal se inverte. Tão logo, com efeito, o Parlamento usurpa o Estado das mãos de Carlos I, os elementos que originariamente o compunham começam a se dispersar; uma parte dos parlamentares trai e engana os demais, formando um novo governo. As rebeliões também imperam no seio desse grupo, e do antigo *Rabo* sobra um único homem, talvez melhor orador, Cromwell, que é (mal) sucedido por seu filho. Este último, por sua vez, perde também as rédeas do poder, o qual é recuperado novamente pelo *Rabo*. Mas o pequeno grupo não tardará em ser suplantado pelo grupo maior. O Parlamento finalmente chama de volta o rei de direito. De outra perspectiva, o excerto pode ser assim interpretado: a monarquia é destituída por uma democracia, que com o tempo se transforma primeiro em oligarquia e depois novamente em monarquia de um impostor. Temos, com isso, dois semicírculos colados pelo diâmetro,

um dos quais representa o direito e o outro a extorsão: monarquia legítima – democracia – oligarquia – farsa monárquica – oligarquia – democracia – monarquia legítima.

A impressão de quem lê o *Behemoth*, portanto, é a de que o movimento revolucionário abala um poder longamente instituído, porém não é capaz de destruí-lo, como se a monarquia fosse mais forte e duradoura do que qualquer investida humana. Tudo se passa – para usar a linguagem da física aristotélica, que o Hobbes do *Leviatã* não obstante contesta – como se o poder residisse naturalmente na pessoa do rei, a despeito de uma força não-natural tê-lo deslocado temporariamente. Por isso, o governo parlamentar não seria senão um arremedo, uma imitação grosseira do governo monárquico. E quando a volta do círculo se completa, tudo retorna a seu lugar de origem.

Nada garante, todavia, que o poder se estabeleça para sempre na monarquia, já que o poder circula, as rebeliões volta e meia se repetem: quem está no cimo e governa seu império com glória é transportado inexoravelmente para baixo, para a derrota e para a morte. Isso explica por que, embora alcançado, o poder de Cromwell não se manteve por longo tempo. Por um lado, a insatisfação e, no limite, as revoluções, parecem estar inscritas na natureza humana. Se “a felicidade é uma contínua viagem do desejo de um objeto para outro, não sendo a obtenção do primeiro outra coisa senão o caminho para se conseguir o segundo” (Hobbes 3, p. 61), parar de desejar é o mesmo que estar morto. Podem-se assinalar, com mais segurança, algumas outras falhas, além das acima indicadas: Cromwell não dispusera de seu poder epistêmico com o mesmo empenho com que doutrinara o Exército e acabara cedendo muito espaço aos sectários (Hobbes 5, p. 181-7); não soubera determinar a regra sucessória com a mesma eficácia com que se livrara, várias vezes, do Parlamento<sup>(5)</sup>; enlouquecera; a fortuna o abandonara. Esses reverses não aconteceriam se desde o início o *Leviatã* fosse aceito como ortodoxia: os sectários teriam sido reprimidos, enquanto os realistas se persuadiriam, afinal, a aceitar o governo *de facto*; o poder se estabilizaria se os súditos tivessem ciência dos direitos da soberania e da linha

sucessória; a função terapêutica do livro teria purgado Cromwell de crenças fantásticas e mistificadoras.

No entanto, talvez a razão pela qual Cromwell não se tenha consolidado no poder não esteja nesta ou naquela passagem, mas difusa por todo o *Behemoth* e contida em germe no final do *Leviatã* – onde Hobbes faz referência ao movimento circular do poder. Embora já em 1640 houvesse definido o poder como movimento, é a partir de 1651 que começa a retificar essa definição mecânica, para enfim reformulá-la de vez em 1668, quando constata que é da natureza do poder jamais se estabilizar. Não se trata, portanto, apenas de movimento, mas de movimento circular: o poder está em permanente revolução, é mudança caprichosa da fortuna.

É verdade que Cromwell repetira muitos erros de Carlos I, e não se perpetuara no poder. No entanto, o *Behemoth* mostra que também o poder neles não se perpetuara. Por isso, caberia a Hobbes, à maneira do humanista, *precaver* os homens sobre os reveses a que estão sujeitos os que desejam o mando, sobre o quanto há de arbítrio e capricho no exercício da autoridade.

Mais que explicar cientificamente o porquê da circulação de poder, a razão da desobediência, seria necessário reconhecer que há coisas incompreensíveis e inexplicáveis para a filosofia, uma delas o caráter vão das paixões de mudança e a natureza indiscernível do poder. Apenas a história parece capaz de contemplar as reviravoltas do poder, e de compensar a impotência da filosofia para explicar com exatidão a natureza humana igualmente volúvel. Esses são assuntos do humanismo, a que Hobbes retorna no final da vida – vida que também desenvolveu um movimento circular, iniciado no humanismo, passando dele para a filosofia e da filosofia de volta para o humanismo.

**Abstract:** The images of revolution which end both *Leviathan* and *Behemoth* suggest two different moments of Hobbes' political philosophy. This paper compares these images, first stressing Charles I's death and the rising of the Commonwealth, and then the miscarriage of Cromwell's rule followed by the return of the Stuart monarchy.

**Key-words:** Charles I – Cromwell – revolution – history – Fortune

## Notas

- (1) "... fico (...) com alguma esperança de que esta minha obra venha um dia a cair nas mãos de um soberano, que a examinará por si próprio (...), sem a ajuda de algum intérprete interessado ou invejoso, e que pelo exercício da plena soberania, protegendo o *ensino público desta obra*, transformará esta verdade especulativa na utilidade da prática" (Hobbes 1, p. 218; grifos meus). Este, aliás, era o grande projeto de Hobbes, como se pode ver pelo seguinte excerto: "Considerando (...) que tudo o que poderia contribuir para a paz de nosso país e para o estabelecimento de um poder soberano – sem necessidade de recorrer às armas – deve proceder da instrução, eu tive razões para desejar que a doutrina civil fosse corretamente ensinada nas universidades. E se eu não supusesse que a minha fosse essa doutrina, jamais a teria escrito. E, tendo-a escrito, se não a recomendasse àqueles que tinham o poder de destiná-la ao ensino, tê-la-ia escrito inutilmente" (Hobbes 6, p. 335).
- (2) "Porque aqueles que são tão desleixadamente governados que chegam a pegar em armas para defender ou impor uma opinião, esses se encontram ainda em condição de guerra" (Hobbes 3, p. 110).
- (3) "A isto chama-se popularidade, e alimenta nos soldados quer o brio quer a coragem, para se entregarem à sua proteção, e protege a severidade do general ao punir (quando se torna necessário) os soldados rebeldes ou negligentes" (Hobbes 3, p. 209). Em 1650, Cromwell persuade seus generais quanto à necessidade de executar certos soldados rebeldes – como Richard Arnold – para preservar a unidade do Exército. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, promove o ex-agitador Joyce a tenente-coronel (Hill 2, p. 112).
- (4) *Rump*, em inglês. Assim ficou conhecido o Parlamento purgado de seus membros presbiterianos em 1649. A metáfora remete ao que resta do corpo de uma ave após ser comida.
- (5) Por seu papel no Exército, o general Lambert esperava ser o sucessor de Cromwell, que, entretanto, considerou perigoso deixar-lhe o comando do Exército e o poder supremo ao mesmo tempo. Na dúvida, designou seu filho mais novo, Richard, como sucessor (Hobbes 5, p. 191).

## Referências Bibliográficas

1. CLARENDON, E. *Selection from the History of the Rebellion and the Civil Wars, and the Life by himself*. London, Oxford University Press, 1968.
2. HILL, C. *O Eleito de Deus*. Tradução de C. M. de Moura. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
3. HOBBS, T. *Leviatã*. Tradução de J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva. Col. "Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1979.
4. \_\_\_\_\_. "Considerations upon the Reputation, Loyalty and Manners of T. Hobbes". In: *English Works*, IV. Ed. Molesworth. Scientia Verlag Aalen, 1843.
5. \_\_\_\_\_. *Behemoth*. Ed. Ferdinand Tönnies. Chicago University Press, 1990.
6. \_\_\_\_\_. "Six Lessons". In: *English Works*, VII. Ed. Molesworth. Scientia Verlag Aalen, 1843.
7. SKINNER, Q. "Conquest and Consent: Thomas Hobbes and the Engagement Controversy". In: Aylmer, *The Interregnum*. London, 1974; p. 79-98.
8. \_\_\_\_\_. "The context of Hobbes theory of political obligation". In: Cranston R. and Peters S., *Hobbes and Rousseau*. New York, Anchor Books, 1972; p. 109-142.
9. WEDGWOOD, C. V. *The Trial of Charles I*. London, Penguin Books, 1983.